

ARQUITETURA ALPINA E PATRIMÔNIO CULTURAL: TRANSFORMAÇÕES NA VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DE TREZE TÍLIAS-SC (2012–2024)

ARQUITECTURA ALPINA Y PATRIMONIO CULTURAL: TRANSFORMACIONES EN LA VALORIZACIÓN TURÍSTICA DE TREZE TÍLIAS-SC (2012–2024)

Zaqueu Luiz Bobato¹

Adriano Pinto Godoi²

RESUMO: Este artigo analisa as transformações ocorridas entre 2012 e 2024 na valorização da arquitetura alpina como patrimônio cultural e ativo turístico no município de Treze Tílias-SC. Com base em abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, o estudo realiza uma leitura diacrônica comparativa entre entrevistas institucionais realizadas em 2012 e fontes públicas atualizadas em 2024, com foco na articulação entre marcos legais, representações simbólicas e estratégias de promoção da paisagem urbana. Os resultados revelam a consolidação de diretrizes normativas e discursivas em torno da patrimonialização arquitetônica, mas também indicam lacunas estruturais, como a ausência de dados sistemáticos sobre o perfil dos visitantes e a carência de ações contínuas de educação patrimonial. O estudo contribui para o campo do turismo cultural e do planejamento urbano ao propor a articulação entre políticas públicas, participação social e sustentabilidade simbólica, além de sugerir linhas futuras de investigação qualitativa sobre as dinâmicas socioterritoriais em contextos patrimonializados.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural. Arquitetura alpina. Turismo cultural. Planejamento urbano. Treze Tílias-SC.

RESUMEN: Este artículo analiza las transformaciones ocurridas entre 2012 y 2024 en la valorización de la arquitectura alpina como patrimonio cultural y activo turístico en el municipio de Treze Tílias-SC. Basado en un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y documental, el estudio realiza una lectura diacrónica comparativa entre entrevistas institucionales realizadas en 2012 y fuentes públicas actualizadas en 2024, con énfasis en la articulación entre marcos legales, representaciones simbólicas y estrategias de promoción del paisaje urbano. Los resultados revelan la consolidación de directrices normativas y discursivas en torno a la patrimonialización

¹ Professor Formador no curso de Geografia Licenciatura UAB da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG. Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) *campus* Irati-PR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0961-3137> / E-mail: zaqueudegeo@gmail.com

² Diretor de Turismo da Prefeitura Municipal de Irati-PR. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) *campus* Irati-PR. Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) *campus* Irati-PR. E-mail: adrianovahera@hotmail.com

arquitectónica, pero también evidencian lagunas estructurales, como la ausencia de datos sistemáticos sobre el perfil de los visitantes y la carencia de acciones continuas de educación patrimonial. El estudio contribuye al campo del turismo cultural y de la planificación urbana al proponer la articulación entre políticas públicas, participación social y sostenibilidad simbólica, además de sugerir líneas futuras de investigación cualitativa sobre las dinámicas socioterritoriales en contextos patrimonializados.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio cultural. Arquitectura alpina. Turismo cultural. Planificación urbana. Treze Tílias-SC.

INTRODUÇÃO

A valorização do patrimônio cultural como ativo estratégico para o desenvolvimento local tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente em contextos onde a paisagem urbana reflete heranças arquitetônicas singulares e identidades étnicas consolidadas. Nesse cenário, o turismo cultural emerge como uma prática de mediação entre memória, território e apropriação simbólica, convertendo elementos da cultura material em recursos para fruição, pertencimento e desenvolvimento econômico. No Brasil, o município de Treze Tílias, situado no Estado de Santa Catarina, constitui exemplo paradigmático dessa dinâmica. Reconhecido como o "Tirol Brasileiro", o município conserva uma expressiva presença da arquitetura alpina herdada da colonização austríaca iniciada na década de 1930, a qual tem sido mobilizada institucionalmente como marca distintiva de identidade local e atratividade turística.

Em 2012, pesquisa empírica realizada junto à Secretaria Municipal de Turismo revelou a ausência de instrumentos normativos voltados à preservação da arquitetura típica, embora já se identificasse um discurso institucional de valorização simbólica da paisagem urbana. A conservação das edificações, naquele contexto, dependia fundamentalmente de iniciativas individuais e de dinâmicas informais de reprodução cultural, sem respaldo jurídico consolidado. Passados treze anos, constata-se a necessidade de reexaminar esse cenário à luz das transformações institucionais recentes, sobretudo no que se refere à criação de marcos legais específicos e à reconfiguração dos usos simbólicos e turísticos da arquitetura de matriz alpina.

O presente artigo tem como objetivo analisar as permanências e transformações ocorridas no município de Treze Tílias-SC entre os anos de 2012 e 2024, com ênfase na relação entre arquitetura, identidade cultural e políticas públicas de turismo. Especificamente, busca-se: (i) identificar e analisar os dispositivos legais existentes voltados à preservação da arquitetura típica; (ii) examinar o discurso institucional presente nos meios oficiais de comunicação sobre a valorização da

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:
<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>

paisagem urbana; e (iii) avaliar a visibilidade e o protagonismo conferidos à arquitetura alpina nas estratégias de promoção turística observadas em documentos públicos e portais institucionais.

A justificativa do estudo reside na importância de compreender a efetividade das políticas locais voltadas à patrimonialização do espaço urbano, em articulação com as demandas do turismo cultural contemporâneo. Ao adotar uma abordagem diacrônica e documental, fundamentada em fontes oficiais e institucionalizadas, esta pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre a patrimonialização ativa da paisagem urbana, a governança cultural e os desafios relacionados à sustentabilidade simbólica dos territórios historicamente marcados por heranças imigrantes.

TURISMO CULTURAL, PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO INTEGRADO

O turismo cultural é concebido como uma prática que articula deslocamento, fruição estética e contato com manifestações identitárias ancoradas no território. De acordo com Castrogiovanni (2001), o patrimônio cultural configura-se como um elemento simbólico do espaço geográfico, mediando a relação entre as populações locais e os visitantes. Nesse contexto, a arquitetura tradicional exerce papel de destaque, atuando como expressão tangível da memória coletiva, dos modos de vida e das matrizes históricas que conformam os lugares.

Castrogiovanni (2001, p. 34) observa que o turismo cultural:

(...) era, até bem pouco tempo, apenas uma das segmentações pelas quais os teóricos e estatísticos procuram qualificar as diferentes motivações nos deslocamentos das pessoas. Hoje, o fator cultural ganhou novos espaços de práticas e teorizações, estando presente nos projetos turísticos tanto na sua concepção inicial, no planejamento, como nos desdobramentos da gestão e do marketing turístico.

Nesse sentido, o turismo cultural apresenta potencial de expansão ao integrar diversas manifestações da vida social, como monumentos históricos, práticas gastronômicas, indumentárias tradicionais, expressões musicais e coreográficas, festividades e saberes populares. Esses elementos, ao serem mobilizados como atrativos, operam na mediação entre identidade, memória coletiva e estratégias de desenvolvimento local.

Nessa linha de entendimento, Oliveira (2024) aprofunda a discussão ao Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link: <https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>

destacar que o reconhecimento do patrimônio como recurso turístico exige mais do que sua exposição visual ou mercadológica. Para a autora, a valorização efetiva do patrimônio cultural — especialmente aquele associado à arquitetura e à memória coletiva — deve estar fundamentada em políticas locais que estimulem a participação das comunidades e promovam a preservação crítica dos bens culturais. Assim, o turismo cultural ganha densidade social quando vinculado a estratégias de gestão integradas, capazes de assegurar a autenticidade das manifestações identitárias e fortalecer os vínculos simbólicos entre população, território e história.

A partir dessa concepção ampliada de turismo cultural, ganha relevância o debate sobre os modelos de planejamento turístico e de preservação do patrimônio. A experiência de Ferrara, na Itália, analisada por Benício, Venske e Moraes (2021), destaca a importância da articulação entre tradição e inovação na gestão do território como bem cultural compartilhado. O caso ferrarês evidencia que a integração entre legislação urbanística, planejamento participativo e continuidade administrativa constitui fundamento essencial para a sustentabilidade patrimonial em contextos urbanos.

Esse modelo internacional contrasta com as dificuldades enfrentadas por muitos municípios brasileiros, onde a ausência de marcos normativos consistentes e a descontinuidade institucional comprometem a efetividade das políticas patrimoniais. Beni (2006) reforça que o turismo deve ser compreendido como um sistema complexo, exigindo a integração entre subsistemas econômicos, culturais, sociais e normativos. O êxito dos projetos turísticos está condicionado à harmonização entre os instrumentos de planejamento urbano, a valorização da cultura local e a capacidade de gestão integrada.

Barretto (2000, p. 44) corrobora essa perspectiva ao afirmar que, em muitos contextos, o interesse turístico tem sido decisivo na conservação do patrimônio histórico: “se não fossem objeto de interesse turístico, não teriam garantia de serem preservados”. Nesse sentido, a valorização simbólica e econômica dos bens arquitetônicos exige políticas públicas comprometidas com sua permanência e significado cultural.

Contudo, conforme apontam Moser e Carvalho (2021), a intermitência das ações públicas — marcada pela falta de continuidade administrativa e por lacunas normativas — constitui obstáculo recorrente à consolidação de políticas duradouras de preservação. Para superar esses entraves, Köhler (2020) propõe diretrizes contemporâneas voltadas à qualificação interpretativa do patrimônio, enfatizando a mediação técnica e educativa como estratégia de fortalecimento do vínculo entre

visitantes e os valores históricos incorporados à paisagem urbana.

Nesse contexto, a educação patrimonial assume papel estratégico como elo entre turismo, cultura e comunidade. Melo e Cardozo (2021) defendem uma abordagem formativa contínua, em que os sujeitos locais participem ativamente da construção dos sentidos atribuídos ao patrimônio. Para os autores, a salvaguarda não se resume à conservação material, mas requer o enraizamento social por meio de práticas educativas que estimulem o pertencimento e a valorização crítica.

Oliveira (2024), ao desenvolver uma proposta de roteiro turístico vinculado à memória de Câmara Cascudo, reforça a necessidade de integrar ações pedagógicas às experiências turísticas. A autora alerta para os riscos de fetichização cultural e defende a apropriação crítica dos bens culturais como condição para a hospitalidade e a sustentabilidade dos destinos.

Desse modo, a interseção entre turismo, planejamento e educação patrimonial forma uma tríade conceitual e operacional indispensável à efetivação de políticas públicas comprometidas com a autenticidade, a justiça territorial e a continuidade histórica das expressões culturais locais.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e abordagem documental, voltada à análise comparativa diacrônica de políticas e discursos relacionados à valorização turística e patrimonial da arquitetura alpina em Treze Tílias-SC. A estratégia metodológica consistiu na reinterpretação crítica de dados empíricos coletados em 2012, confrontada com informações atualizadas em 2024, obtidas exclusivamente em fontes institucionais públicas e canais oficiais de comunicação digital.

A fase de atualização empírica restringiu-se à análise documental e digital, com base em legislações municipais, planos de governo, dados estatísticos, materiais promocionais, registros técnicos, relatórios institucionais e notícias publicadas em portais oficiais do município e do Estado de Santa Catarina. Os critérios de confiabilidade adotados seguiram as diretrizes metodológicas estabelecidas por Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2010), com atenção à verificabilidade, atualidade e autenticidade das fontes.

O corpus documental incluiu:

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:
<<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>>

- Leis, decretos e planos estratégicos disponíveis nos portais da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, da Câmara de Vereadores e do Plano Diretor Participativo (quando aplicável);
- Dados demográficos e socioeconômicos extraídos das plataformas Cidades@ e SIDRA do IBGE;
- Registros de eventos, campanhas e ações culturais presentes nos canais da Secretaria Municipal de Turismo e do Governo do Estado de Santa Catarina;
- Notícias locais e regionais utilizadas de forma subsidiária, com validação cruzada e contextualização crítica.

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo documental, com categorização temática orientada pelos seguintes eixos: (i) presença e efetividade de políticas públicas de preservação arquitetônica; (ii) valorização simbólica da arquitetura como referência identitária e turística; e (iii) transformações observadas na paisagem urbana e nas estratégias de uso cultural do patrimônio edificado.

A releitura das entrevistas realizadas em 2012 foi incorporada como base empírica histórica, permitindo o mapeamento das permanências e mudanças institucionais, normativas e discursivas no intervalo de doze anos. O procedimento de triangulação entre as fontes históricas e os dados atuais garantiu robustez à análise, respeitando os limites da pesquisa indireta e excluindo qualquer forma de estimativa ou inferência não documentada.

TREZE TÍLIAS EM EVIDÊNCIA

Treze Tílias é um município situado na região Meio-Oeste do Estado de Santa Catarina, a aproximadamente 470 km da capital Florianópolis, 190 km de Chapecó e 32 km de Joaçaba. Fundado oficialmente em 13 de outubro de 1933 por Andreas Thaler, então Ministro da Agricultura da Áustria, o município originou-se de um projeto de imigração austríaca que buscava melhores condições de vida no Brasil. O nome "Treze Tílias" é uma tradução do alemão "Dreizehnlinden", título de um poema de Wilhelm Weber, simbolizando a ligação cultural com a terra natal dos imigrantes (IBGE, 2024).

De acordo com o IBGE, a área territorial do município é de 176,927 km², e a população estimada em 2024 é de 9.308 habitantes. A cidade é reconhecida por sua

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:

<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>

forte herança cultural austríaca, evidenciada na arquitetura alpina, nas tradições folclóricas, na culinária típica e na manutenção de dialetos germânicos. Esses elementos culturais são promovidos por meio de ações integradas entre turismo, cultura e planejamento urbano, consolidando Treze Tílias como um destino turístico de referência regional, nacional e internacional (IBGE, 2024).

Conforme registros disponíveis nos canais institucionais, o município contempla ações voltadas à valorização da identidade cultural local, por meio de programações temáticas e referências às tradições austríacas. Um exemplo é a realização anual da Tirolerfest, no mês de outubro, que integra o calendário oficial de eventos e é frequentemente associada à promoção turística e à visibilidade cultural do município (Prefeitura, 2024a).

Figura 1 – Localização de Treze Tílias-SC.



Fonte: Os autores.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise comparativa entre os dados de 2012 e o cenário atual de 2024 evidencia um processo de transformação institucional e simbólica no município de Treze Tílias, sobretudo no que se refere à consolidação da arquitetura alpina como

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:
<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>

patrimônio cultural e ativo estratégico do turismo local. No início da década passada, a inexistência de legislação formal voltada à proteção da arquitetura típica constituía um dos principais entraves à consolidação de uma política patrimonial. À época, a conservação das edificações de inspiração alpina dependia quase exclusivamente da iniciativa individual dos moradores e da reprodução espontânea de referências culturais, sem respaldo jurídico consistente.

Em 2012, as entrevistas realizadas junto à Secretaria Municipal de Turismo evidenciaram que, embora a arquitetura alpina fosse amplamente reconhecida como principal atrativo turístico e símbolo da identidade local, inexistiam normativos legais que garantissem sua preservação. A conservação das edificações dependia, majoritariamente, da consciência individual dos moradores, e os incentivos disponíveis eram informais, vinculados à expectativa de futuros dispositivos no Plano Diretor em elaboração. As respostas indicavam que a valorização simbólica da arquitetura coexistia com a fragilidade institucional das políticas de proteção, e os próprios turistas manifestavam preocupação com a possibilidade de descaracterização do conjunto arquitetônico, solicitando sua preservação. Ademais, ações de sensibilização cultural eram realizadas de forma pontual por meio de atividades escolares e campanhas de conscientização junto à comunidade, revelando um esforço difuso, mas ainda não sistematizado, de salvaguarda da paisagem urbana. Nesse contexto, o Quadro 1 sintetiza as principais permanências e transformações identificadas entre 2012 e 2024 nas dimensões legais, simbólicas e operacionais da política patrimonial de Treze Tílias.

Quadro 1 – Comparativo diacrônico: Treze Tílias em 2012 e 2024

Eixo Analítico	Situação em 2012	Situação em 2024
Base legal de preservação	Inexistência de legislação específica; dependência da consciência individual	Lei Municipal nº 2.166/2024 (Plano Municipal de Turismo) com diretrizes claras
Reconhecimento institucional da arquitetura típica	Discurso simbólico presente, porém sem normatização	Reconhecimento formal da arquitetura como eixo do turismo e identidade local
Instrumentos de fomento e incentivo	Ausência de incentivos fiscais ou mecanismos formalizados	Previsão de incentivos no novo Plano Municipal e integração com o Plano Diretor
Dados sobre fluxo turístico	Dados indiretos e estimativas a partir de registros hoteleiros	Dados mais recentes apontam queda de 48,4% (CAT, 2024), sem

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:

<<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>>

		detalhamento qualitativo
Práticas de educação patrimonial	Ações pontuais nas escolas e campanhas comunitárias	Previsão de ações educativas no plano, mas ainda sem indicadores sistemáticos
Mobilização da arquitetura no turismo	Reconhecimento simbólico por parte dos turistas	Reforço institucional da arquitetura como imagem e diferencial cultural da cidade

Fonte: Os autores.

A promulgação da Lei Municipal nº 2.166/2024, que instituiu o Plano Municipal de Turismo, representa uma inflexão significativa nesse quadro. O novo marco legal reconhece expressamente a arquitetura típica como elemento estruturante da identidade territorial e do planejamento turístico do município. Essa inflexão normativa está em consonância com a perspectiva sistêmica de Beni (2006), segundo a qual a sustentabilidade do turismo depende da articulação entre políticas urbanas, culturais e econômicas. Ao alinhar-se aos dispositivos da Política Nacional de Turismo e aos instrumentos do Plano Diretor Municipal, a política local passa a operar em uma lógica de governança mais integrada.

Paralelamente à formalização legal, observa-se o fortalecimento da arquitetura alpina como recurso simbólico central na construção da imagem pública da cidade. A persistência dessa estética nos discursos institucionais, materiais promocionais e programações culturais aponta para sua mobilização como signo de distinção territorial. Conforme argumenta Faccin (2021), a materialidade arquitetônica atua como suporte da memória coletiva e como vetor de identidade, sendo fundamental para a consolidação de sentidos partilhados por grupos sociais. Essa leitura é ampliada por Benício, Venske e Moraes (2021), ao evidenciarem que a paisagem edificada pode ser interpretada como elemento estratégico de valorização institucional e turística, cuja eficácia depende da articulação entre autenticidade, representação e uso cultural. Em Treze Tílias, a ativação do repertório arquitetônico tradicional — por meio de eventos temáticos, produtos culturais e discursos patrimoniais — revela uma patrimonialização ativa da paisagem urbana, estruturada em torno de narrativas de pertencimento e origem.

Contudo, essa trajetória não é isenta de contradições. Dados do Centro de Atendimento ao Turista (CAT) indicam uma redução de 48,4% no fluxo turístico entre os anos de 2022 e 2024, fenômeno que contrasta com a ampliação de empreendimentos e a institucionalização de políticas culturais. Tal declínio aponta para a fragilidade de estratégias baseadas apenas na visibilidade simbólica, sem

acompanhamento sistemático da demanda. Como alertam Melo e Cardozo (2021), a sustentabilidade do turismo cultural exige vínculos consistentes com práticas de educação patrimonial e de sensibilização social.

Ainda que o Plano Municipal de Turismo preveja ações educativas, a ausência de indicadores qualitativos e quantitativos sobre o perfil dos visitantes, seus interesses e seus padrões de consumo dificulta a avaliação dos impactos das políticas implementadas. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de sistemas integrados de monitoramento e avaliação, conforme proposto por Köhler (2020), que articulem gestão cultural, interpretação patrimonial e planejamento turístico de longo prazo.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A análise comparativa entre os dados obtidos em 2012 e as informações atualizadas em 2024 revela um processo de consolidação institucional e simbólica da arquitetura alpina como patrimônio cultural e ativo turístico no município de Treze Tílias-SC. Enquanto, no início da década de 2010, prevalecia a ausência de normativas específicas de preservação e uma atuação institucional baseada majoritariamente em discursos simbólicos, o cenário atual evidencia a incorporação de diretrizes legais e estratégicas voltadas à valorização da identidade arquitetônica e cultural do município.

A promulgação da Lei Ordinária nº 2.166/2024, que institui o Plano Municipal de Turismo, representa um marco nesse processo, ao reconhecer formalmente a arquitetura típica como elemento estruturador do desenvolvimento turístico e da identidade local. A consolidação de políticas integradas entre cultura, urbanismo e turismo responde às recomendações teóricas de autores como Beni (2006), que ressalta a necessidade de articulação sistêmica entre os diferentes subsistemas do turismo — econômico, cultural, social e normativo — como condição indispensável para a sustentabilidade e a coerência das ações planejadas.

Contudo, a pesquisa também evidencia contradições. A redução de 48,4% no fluxo de visitantes entre 2022 e 2024, ainda que acompanhada por avanços institucionais e estruturais, configura um sinal de alerta importante. Longe de ser interpretado como um dado conclusivo, esse indicador constitui uma oportunidade analítica valiosa, que abre espaço para a formulação de novas hipóteses e agendas de pesquisa. A ausência de dados qualitativos sobre o perfil da demanda turística, bem como a inexistência de diagnósticos participativos com moradores e visitantes, impede uma compreensão aprofundada dos fatores que explicam tal declínio — sejam

eles conjunturais, estruturais ou simbólicos.

Nesse contexto, este artigo propõe-se também como ponto de partida para futuras investigações voltadas à escuta ativa da comunidade local e ao entendimento das dinâmicas socioterritoriais que atravessam a paisagem urbana patrimonializada. A identificação das permanências e transformações entre 2012 e 2024, sistematizada neste estudo, oferece subsídios iniciais para o delineamento de novas estratégias interpretativas e integradas, que articulem políticas públicas, pertencimento social e sustentabilidade cultural.

Diante desse quadro, recomenda-se:

- A elaboração de um inventário público e participativo dos bens arquitetônicos de valor histórico-cultural;
- A regulamentação complementar ao Plano Diretor, com incentivos fiscais e urbanísticos para construções que mantenham a tipologia tradicional;
- A institucionalização de programas permanentes de educação patrimonial integrados à rede municipal de ensino e aos circuitos turísticos;
- A implantação de um sistema de monitoramento e avaliação do turismo, com dados regulares sobre perfil de visitantes, sazonalidade e impactos sobre o patrimônio;
- O fomento a pesquisas de campo interdisciplinares que investiguem, de forma qualitativa, as percepções dos moradores, os sentidos atribuídos à paisagem e as eventuais tensões entre preservação e desenvolvimento.

A experiência de Treze Tílias, tal como documentada nesta análise, oferece elementos fecundos para a reflexão sobre os caminhos possíveis da articulação entre identidade cultural, turismo e planejamento urbano em contextos locais. Ao mesmo tempo, aponta para a importância de adensar as práticas de pesquisa aplicadas ao patrimônio, valorizando a escuta, a memória e o território como fundamentos de uma política cultural efetivamente sustentável e partilhada.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: Senac, 2006.

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link:

<<https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>>

BENÍCIO, Jonatan Maciel; VENSKE, Caroline; MORAES, Darla. A preservação do patrimônio em Ferrara/Itália: entre paisagem, turismo e identidade. In: VILELA, Luzia Regina Ferreira et al. (org.). *Patrimônio arquitetônico: debates contemporâneos*. Itapiranga: Schreiber, 2021. p. 120–141. Disponível em: https://www.academia.edu/45126794/patrim%C3%94nio_arquitet%C3%94nico_de_bates_contempor%C3%82neos. Acesso em: 9 maio 2025.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Turismo urbano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FACCIN, Danielle. Apresentação. In: VILELA, Luzia Regina Ferreira et al. (org.). *Patrimônio arquitetônico: debates contemporâneos*. Itapiranga: Schreiber, 2021. p. 7–10. Disponível em: https://www.academia.edu/45126794/patrim%C3%94nio_arquitet%C3%94nico_de_bates_contempor%C3%82neos. Acesso em: 9 maio 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@: Treze Tílias – SC*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/treze-tilias.html>. Acesso em: 9 maio 2025.

KÖHLER, Patrícia. *Interpretação do patrimônio para o turismo cultural: diretrizes básicas, meios e técnicas*. ResearchGate, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342753309>. Acesso em: 9 maio 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Alessandro; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e239418, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/?lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2025.

MOSER, Mateus; CARVALHO, Ana Lúcia Silva de. Intermitências na gestão pública em turismo e a preservação do patrimônio cultural edificado: o caso de Blumenau/SC. *Revista Turismo: Visão e Ação*, Itajaí, v. 23, n. 1, p. 103–124, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/20588>. Acesso em: 9 maio 2025.

OLIVEIRA, Fernanda dos Santos Ribeiro. *Patrimônio, turismo cultural e hospitalidade: uma proposta de roteiro à memória de Câmara Cascudo em Natal/RN*. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar, 2024. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20884>. Acesso em: 9 maio 2025.

TREZE TÍLIAS. *Lei Ordinária nº 2.166, de 2024. Institui o Plano Municipal de Turismo*. Treze Tílias: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: https://s3cache.dom.sc.gov.br/atos/2024/12/1734640898_lei_ordinria_2166_2024_plano_municipal_de_turismo_completo.pdf. Acesso em: 9 maio 2025.

TREZE TÍLIAS. *Portal do Turismo de Treze Tílias*. Treze Tílias: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://trezetilias.atende.net/subportal/portal-do-turismo-de-treze-tilias>. Acesso em: 9 maio 2025.

Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link: <https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>

TREZE TÍLIAS. *Treze Tílias é Top 100 internacionalmente*. Treze Tílias: Prefeitura Municipal, 2024a. Disponível em: <https://trezetilias.atende.net/cidadao/noticia/treze-tilias-e-top-100-internacionalmente>. Acesso em: 9 maio 2025.

Como citar este artigo:

BOBATO, Zaqueu Luiz; PINTO GODOI, Adriano. ARQUITETURA ALPINA E PATRIMÔNIO CULTURAL: TRANSFORMAÇÕES NA VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DE TREZE TÍLIAS-SC (2012–2024). **Revista Partes** [online], São Paulo, DATA MÊS. ANO. Disponível em: <LINK DA PUBLICAÇÃO>. Acesso em: DATA MÊS. ANO.



Publicado em P@rtes (São Paulo) em 10 de junho de 2015. Disponível no link: <https://www.partes.com.br/2025/06/10/arquitetura-alpina-e-patrimonio-cultural-transformacoes-na-valorizacao-turistica-de-treze-tilias-sc-2012-2024/>